



PREFEITURA DE SOBRAL

PROCESSO Nº P385505/2025

IMPUGNANTE: ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA.

CNPJ: 11.439.609/0001-88

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE25002/SEPLAG

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de publicidade legal em jornais de grande circulação estadual, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União de matérias da Secretaria Do Planejamento e Gestão da Prefeitura do Município de Sobral-CE.

IMPUGNAÇÃO APRESENTADA

A empresa ESCRITA PUBLICIDADE, PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº PE25002/SEPLAG, com fundamento no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, questionando a exigência de publicação em jornais de grande circulação estadual, 1º caderno (Jornal O Povo/Diário do Nordeste), constante no Item 1 – Especificações e Quantitativos do edital.

Alega a impugnante que a referida exigência restringe a competitividade e cita que o jornal “Diário do Nordeste” não mais possui versão impressa desde março de 2021, o que o descaracterizaria como jornal de grande circulação, contrariando critérios da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e os princípios da isonomia e da legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada tempestivamente, conforme caput do art. 164, da Lei nº 14.133/2021.

ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Inicialmente, ressalta-se que o edital em análise tem como objeto a Contratação de serviços de publicidade legal em jornais de grande circulação estadual, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União de matérias da Secretaria Do Planejamento e Gestão da Prefeitura do Município de Sobral-CE.

No que se refere ao questionamento sobre o jornal “Diário do Nordeste”, é fato público que o veículo encerrou sua versão impressa em fevereiro de 2021, passando a operar exclusivamente em formato digital. Todavia, o item 1 do edital não impõe a utilização exclusiva deste veículo, mas indica exemplos de jornais que tradicionalmente possuem grande circulação no Estado do Ceará, a fim de orientar a execução do objeto e garantir a efetividade da publicidade institucional.

Importante destacar que a expressão (Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste) foi utilizada como referência exemplificativa, não configurando limitação à livre escolha de veículos que comprovadamente atendam à condição de grande circulação estadual, seja em versão impressa ou digital, desde que observados os parâmetros legais de autenticidade e alcance.



PREFEITURA DE SOBRAL

Ainda, a Lei nº 14.133/2021 não estabelece definição restritiva de “jornal de grande circulação”, tampouco exige que a publicação ocorra exclusivamente em meio impresso, sendo admissível o uso de versões digitais certificadas, desde que assegurada a ampla divulgação e rastreabilidade do conteúdo publicado.

Dessa forma, a análise sistemática do edital demonstra que não houve intenção de limitar a competitividade nem de promover qualquer direcionamento, mas sim de garantir que as publicações ocorram em jornais de comprovada circulação, em conformidade com as exigências legais.

Assim, não se verifica violação ao princípio da competitividade, uma vez que qualquer empresa habilitada poderá comprovar capacidade técnica e operacional para realizar publicações em veículos de grande circulação, dentro dos meios legais e reconhecidos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo indeferimento da impugnação apresentada pela empresa ESCRITA PUBLICIDADE, PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA, uma vez que não se verificam restrições indevidas à competitividade ou afronta à legislação vigente.

Ressalta-se que o §1º do art. 93 do Decreto Municipal nº 3737/2025 estabelece que a resposta à impugnação, quando publicada em sítio eletrônico oficial, vincula os licitantes e a Administração, assegurando segurança jurídica quanto à interpretação dos termos do edital.

Por fim, registra-se que foi oportunamente realizada revisão do edital e seus anexos, não se constatando qualquer irregularidade nas exigências estabelecidas, tampouco afronta à competitividade ou aos princípios que regem as contratações públicas. Assim, a manutenção do edital, tal como publicado, é medida que se impõe, a fim de garantir a celeridade, a eficiência e o atendimento efetivo às necessidades da Secretaria do Planejamento e Gestão, em conformidade com o objeto da contratação, não sendo cabível o acolhimento da impugnação apresentada.

Sobral (CE), data da assinatura eletrônica.

Maraíza Maria Batista Silva
Integrante Técnico



PREFEITURA DE SOBRAL

Central de Licitações – CELIC

PARECER JURÍDICO – IMPUGNAÇÃO

Processo nº P385505/2025

Pregão Eletrônico nº PE25002 - SEPLAG (Número LICITANET: 110/2025).

Assunto: Impugnação ao Edital – Exigência de Publicação em Jornal de Grande Circulação Estadual.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de publicidade legal em jornais de grande circulação estadual, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União de matérias da Secretaria Do Planejamento e Gestão da Prefeitura do Município de Sobral-CE.

Impugnante: ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA.

I. RELATÓRIO

Preliminarmente, verifica-se que, nos termos do Decreto Municipal nº 3.737/2025, compete à Coordenadoria Jurídica da Central de Licitações emitir pareceres para subsidiar as decisões dos agentes e comissões de contratação, conforme previsto nos arts. 8º, VI c/c 93, §3º e 105, §§1º e 2º. Assim, a presente manifestação busca oferecer subsídios técnico-jurídicos à decisão da pregoeira quanto a impugnação apresentada.

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA. ao Edital do Pregão Eletrônico nº PE25002/SEPLAG, número LICITANET: 110/2025.

O objeto do referido Pregão Eletrônico é a “Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de publicidade legal em jornais de grande circulação estadual, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União de matérias da Secretaria Do Planejamento e Gestão da Prefeitura do Município de Sobral-CE”, conforme detalhado no Item 4 do edital. A impugnação concentra-se no Item 1 – Especificações e Quantitativos, que descreve “publicação em jornal de grande circulação estadual, 1º caderno (Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste)”.

A impugnante alega que o edital estabelece um critério restritivo, pois o “Diário do Nordeste” não possui mais versão impressa desde março de 2021, operando exclusivamente em formato digital. Em sua argumentação, a empresa sustenta que tal fato descaracterizaria o veículo como jornal de grande circulação, conforme critérios da Associação Nacional de Jornais (ANJ), e que a manutenção dessa referência no edital acarretaria ilegalidade e prejuízo à competitividade, em afronta aos princípios da isonomia e da legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Em resposta a essa impugnação, a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) de Sobral, emitiu parecer técnico, opinando pelo indeferimento. A Administração argumenta que a expressão “(Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste)” foi utilizada como referência exemplificativa e não configura limitação, sendo admissível o uso de versões digitais certificadas, desde que assegurada a ampla divulgação e rastreabilidade.



PREFEITURA DE SOBRAL

Central de Licitações – CELIC

A Secretaria conclui que não houve intenção de limitar a competitividade nem de promover direcionamento.

Este parecer jurídico visa, portanto, analisar a conformidade do Edital, da impugnação e da manifestação técnica da SEPLAG à luz da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e os princípios da Administração Pública.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A análise da presente impugnação exige a observância dos princípios que regem a Administração Pública e as licitações e contratos, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece, entre outros, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência, o interesse público, a probidade administrativa, a igualdade, o planejamento, a transparência, a vinculação ao edital, o julgamento objetivo, a razoabilidade, a competitividade e a proporcionalidade.

II.1. Admissibilidade da Impugnação

a) Legitimidade do Impugnante: A empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA., como potencial licitante ou interessada na contratação, possui plena legitimidade para impugnar o edital, conforme o Art. 41, caput, da Lei nº 14.133/2021, e o Item 9.1 do Edital, que prevê que "qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital".

b) Tempestividade da Impugnação: O prazo para apresentação da impugnação é de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (edital, item 9.1). A abertura das propostas está agendada para 07/11/2025 (edital, item 6.2). O parecer técnico da SEPLAG confirma que a impugnação foi protocolada dentro do prazo limite (03/11/2025). Dessa forma, a impugnação foi apresentada dentro do prazo legal, sendo, portanto, tempestiva.

c) Competência para Julgamento: Conforme o item 9.2.1 do edital, "As decisões do pregoeiro, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação." A análise está sendo conduzida por esta Coordenadoria Jurídica, com base na manifestação técnica da SEPLAG, o que está em consonância com as normas editalícias.

II.2. Do Mérito da Impugnação

II.2.1. Do Objeto do Pregão e da Impugnação

O Edital, em seu Item 4, estabelece de forma categórica o objeto da licitação como a "Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de publicidade legal em jornais de grande circulação estadual, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União de matérias da Secretaria Do Planejamento e Gestão da Prefeitura do Município de Sobral-CE". Mais especificamente, o Item 1 – Especificações e Quantitativos do Termo de Referência (Anexo A) define uma das modalidades de publicação como "Publicação

em jornal de grande circulação estadual, 1º caderno (Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste)".

A empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PUBLICA LTDA, em sua impugnação, argumenta que a referência ao "Jornal Diário do Nordeste" é inadequada e restritiva. A impugnante fundamenta sua argumentação em diversas normativas e critérios:

- Lei nº 14.133/2021, Art. 6º, I e Art. 7º: Que estabelecem o tratamento isonômico a todos os participantes e vedam exigências que impliquem restrição indevida à competitividade. (Vale ressaltar, inclusive que houve aqui, uma imprecisão técnica e falta de amparo jurídico adequado, possivelmente pelo uso genérico de *IA's*, já que esta fundamentação está incorreta, pois os dispositivos legais mencionados não tratam do princípio da isonomia nem da vedação à restrição de competitividade).
- Critérios da Associação Nacional de Jornais (ANJ): A impugnante cita que, para ser considerado jornal de grande circulação para fins de publicidade legal, o veículo deve possuir versão impressa regular, além de versão digital certificada quanto à autenticidade. O "Diário do Nordeste", por ter encerrado sua versão impressa em março de 2021, não atenderia a esse requisito.
- Prejuízo à Competitividade: A impugnante alega que a menção a um periódico que circula exclusivamente de forma digital, enquanto os critérios técnicos exigem versão impressa, cria um requisito inexistente na legislação e compromete a isonomia e a competitividade do certame, afetando também a formulação das propostas devido à diferença de custos entre veiculação impressa e digital.

A impugnante requer a revisão do Item 1 do Termo de Referência para compatibilizá-lo com os critérios da ANJ e da Lei nº 14.133/2021, limitando-o a jornais impressos de grande circulação. Subsidiariamente, pede a suspensão do certame até a correção e republicação do edital.

II.2.2. Da Resposta da Administração à Impugnação e Análise Técnica

A Secretaria do Planejamento e Gestão, em sua resposta técnica, realiza uma análise das alegações da impugnante. É crucial observar que a Administração reconhece publicamente que o "Diário do Nordeste" encerrou sua versão impressa em fevereiro de 2021, passando a operar exclusivamente em formato digital.

Contudo, a Administração esclarece que a expressão "(Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste)" no Item 1 do edital foi utilizada como "referência exemplificativa, não configurando limitação à livre escolha de veículos que comprovadamente atendam à condição de grande circulação estadual, seja em versão impressa ou digital, desde que observados os parâmetros legais de autenticidade e alcance".



PREFEITURA DE SOBRAL

Central de Licitações – CELIC

A resposta administrativa salienta que a Lei nº 14.133/2021 não estabelece uma definição restritiva de “jornal de grande circulação”, tampouco exige que a publicação ocorra exclusivamente em meio impresso. Assim, a Administração considera admissível o uso de versões digitais certificadas, desde que assegurada a ampla divulgação e rastreabilidade do conteúdo.

A resposta técnica conclui que, diante dessa interpretação sistemática do edital, não houve intenção de limitar a competitividade nem de promover qualquer direcionamento. Portanto, a Administração opina pelo indeferimento da impugnação, uma vez que não se verificam restrições indevidas à competitividade ou afronta à legislação vigente. Adicionalmente, o Edital, em seu Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I), aborda a sustentabilidade ambiental, priorizando "meios digitais para envio, validação e comprovação das publicações (e-mails, links oficiais, arquivos em PDF-OCR)", o que corrobora a admissibilidade de publicações digitais.

II.3. Da Análise Jurídica

Da Legalidade dos Atos Questionados: A questão central da impugnação reside na suposta restrição à competitividade e violação da isonomia, princípios basilares da licitação pública (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021), ao se referir ao "Diário do Nordeste" como jornal de grande circulação, mesmo sem sua versão impressa.

Princípio da Competitividade e Isonomia: A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 54, §1º, exige a publicação de extrato do edital em "jornal diário de grande circulação". Contudo, a legislação não define explicitamente "jornal de grande circulação" como exclusivamente impresso. A interpretação teleológica da norma deve privilegiar a ampla publicidade e o alcance, independentemente do meio físico ou digital, desde que a divulgação seja eficaz e auditável. As recomendações da ANJ, embora importantes para boas práticas do setor jornalístico, não são requisitos legais cogentes que anulem a validade de uma publicação digital, especialmente quando a própria lei de licitações já abraça a digitalização dos processos e a transparência em plataformas eletrônicas (como o PNCP).

Conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), firmado no Processo nº 698814/24, Acórdão nº 669/25 – Tribunal Pleno:

“o conceito de jornal diário de grande circulação não se restringe à sua versão impressa, abrangendo também o formato digital, de modo concomitante ou exclusivo. O Tribunal reconhece que a evolução tecnológica e as mudanças no comportamento dos leitores tornaram o meio digital um instrumento legítimo e eficaz para garantir a publicidade e a transparência dos atos administrativos. Vejamos:

O conceito de jornal diário de grande circulação deve ser admitida não somente a forma impressa de circulação, mas também seu formato



PREFEITURA DE SOBRAL

Central de Licitações – CELIC

digital, de modo concomitante ou exclusivo, atendimento às disposições do artigo 54, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/21 e do Acórdão nº 1516/24 - Tribunal Pleno do TCE-PR”.

A Administração, em sua resposta técnica, esclareceu que a menção aos jornais foi "exemplificativa", o que mitiga o caráter restritivo da redação inicial. Ao aceitar "qualquer empresa habilitada [que possa] comprovar capacidade técnica e operacional para realizar publicações em veículos de grande circulação, dentro dos meios legais e reconhecidos", incluindo versões digitais certificadas, a Administração demonstra que não pretendeu limitar a competitividade. Esta interpretação alinha-se com a modernização da publicidade legal e a flexibilidade permitida pela Lei nº 14.133/2021, que busca a eficiência e a economicidade sem prejuízo da transparência. O Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I do Edital) aponta que a preferência por meios digitais contribui para a sustentabilidade ambiental, indicando uma política interna que valoriza a digitalização.

II.4. Da Conexão entre o Pedido da Impugnação e a Posição da Administração

A análise dos documentos revela que, embora haja uma aparente discordância inicial sobre a interpretação do termo "jornal de grande circulação", a Administração, por meio de sua resposta técnica, alinha-se com o espírito da argumentação da impugnante quanto à necessidade de ampla competitividade e atualização das formas de publicidade. A Secretaria do Planejamento e Gestão concorda que o objeto da licitação não deve ser restrito e que a evolução tecnológica permite formas digitais de publicação. A divergência reside na interpretação de que o edital já contemplava essa flexibilidade, considerando a menção ao "Diário do Nordeste" como exemplificativa, e que a Lei nº 14.133/2021 não impede a aceitação de jornais de grande circulação em formato digital.

Dessa forma, a impugnação, embora relevante ao levantar a questão interpretativa, foi respondida pela Administração de maneira a confirmar a aderência aos princípios da licitação, sem a necessidade de alteração do texto do edital, mas sim pela explicitação do seu alcance interpretativo.

III. DA OBRIGATÓRIA NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO

Nunca é demais relembrar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, tendo o condão de consolidar, como consequência, a segurança jurídica do certame.

Desta sorte, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas.

É o que estabelecem os arts.5º, 92, II, da Lei nº 14.133/2021, *verbis*:

§ 5º As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Banco Central



PREFEITURA DE SOBRAL

Central de Licitações – CELIC

do Brasil, assegurada a observância dos princípios estabelecidos no **caput** do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 92. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

II - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, em verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo, todos tratados com absoluta prioridade pela Administração Pública de Sobral.

O Edital sendo claro com relação às exigências quanto à proposta comercial, como ocorre no presente caso, a Administração não pode deixar de aplicar as regras ali previstas, sob pena de fragilizar a isonomia entre os licitantes. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União vem se manifestando, conforme julgado colacionado abaixo:

Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, **em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.**

(...)

No caso em apreço, a delimitação do escopo das exigências para qualificação técnica se inseriu no espectro de discricionariedade da entidade reguladora, todavia, **ao inseri-las no edital passa a Administração a vincular-se ao disposto no instrumento convocatório. Doutra forma, estaria a ferir a isonomia do certame.** (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2730/2015. Plenário. Relator: Ministro Bruno Dantas. Sessão de 28/10/2015) [Grifos nossos].

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a fim de consolidar a segurança jurídica dos procedimentos licitatórios, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento dos documentos de habilitação e propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas, sendo justamente isto o que está sendo realizado no presente certame.

Diante disto e da desnecessidade de novos esclarecimentos para elucidação da controvérsia, passa-se a conclusão dessa análise, da forma que segue:

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto e com base na análise integral dos documentos que compõem o processo licitatório, esta Coordenadoria Jurídica opina em:



PREFEITURA DE **SOBRAL**

Central de Licitações – CELIC

- a. Pelo **indeferimento** da Impugnação, apresentada pela empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA. ao Edital do Pregão Eletrônico PE25002/SEPLAG, por reproduzir matéria já esclarecida tecnicamente pela Administração, sem apontar fato novo ou irregularidade concreta.
- b. pela Manutenção integral da redação editalícia, uma vez que o entendimento da Administração, já está em consonância com o pleito central da impugnante.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Sobral (CE), 06 de novembro de 2025.

Lucas Mendes Cordeiro da Cruz

OAB/CE 35.484

Coordenador Jurídico

Central de Licitações da Prefeitura de Sobral - CELIC



PREFEITURA DE SOBRAL

TERMO: Decisório.

ASSUNTO/FEITO: Resposta à Impugnação ao edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE25002/SEPLAG, número da plataforma LICITANET: 110/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de publicidade legal em jornais de grande circulação estadual, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União de matérias da Secretaria Do Planejamento e Gestão da Prefeitura do Município de Sobral-CE.

IMPUGNANTE: ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.439.609/0001-88.

PREÂMBULO

A PREGOEIRA do Município de SOBRAL-CE, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.737/2025, vem por meio deste encaminhar o resultado do julgamento da impugnação ao edital supra, impetrada pela empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA.

Preliminarmente, aduzimos que a referida impugnação foi interposta dentro do prazo previsto no art. 164 da Lei Nº 14.133/21, conforme:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A competência para decidir sobre o pedido de impugnação ao edital, conforme o §§§ 1º, 2º e 3º, Art. 93 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, que regulamentou a aplicação da lei 14.133/21 no âmbito da administração municipal, compete ao Agente de Contratação, no caso de Pregão, denominado Pregoeiro, nos termos do § 5º, Art. 8º da Lei nº 14.133/2021.

Conforme o subitem 9.2.1 do Edital, as decisões da Sra. Pregoeira se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação, tendo sido solicitada a manifestação do setor técnico/jurídico da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Município de Sobral – CE, que se encontra em anexo à presente resposta.



DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Os pressupostos de admissibilidade desta espécie de Impugnação Administrativa, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida, são eles principalmente: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório.

A impugnação apresentada pela empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA. foi protocolada em 03/11/2025. Verificou-se que a petição foi interposta dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme o Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o subitem 9.1 do Edital. A impugnante se qualifica como potencial licitante, possuindo, portanto, legitimidade para o ato.

Dessa forma, a impugnação é considerada **tempestiva e legítima**, preenchendo os requisitos formais para ser conhecida.

SINTESE DO PEDIDO:

A empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA. arguiu, em suma, que o Edital contém disposições que restringem indevidamente a competitividade do processo. Decorrente da exigência de publicação em jornal de grande circulação estadual, 1º caderno, com menção explícita a "(Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste)", a impugnante alega que o "Diário do Nordeste" não possui mais versão impressa desde março de 2021, o que o descaracterizaria como jornal de grande circulação conforme critérios da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e princípios legais da Lei nº 14.133/2021. Isso geraria prejuízo à competitividade e à formulação de propostas devido à diferença de custos entre veiculação impressa e digital.

A impugnante requer a revisão do item 1 do edital para compatibilizá-lo com os critérios da ANJ e da Lei nº 14.133/2021, limitando a jornais impressos de grande circulação, ou, subsidiariamente, a suspensão do certame até a devida correção e republicação do edital.

DA MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), ao analisar a impugnação apresentada, manifestou-se por meio de parecer técnico, consolidando seu entendimento e oferecendo esclarecimentos aos pontos levantados. Em síntese, a SEPLAG manifestou-se no sentido de:

- **Publicação em Jornal de Grande Circulação:** Defendeu que a expressão "(Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste)" foi utilizada como



referência exemplificativa, e não como uma imposição ou limitação à escolha de veículos. Argumentou que o edital não impõe a utilização exclusiva de jornais impressos, sendo admissível o uso de versões digitais certificadas, desde que observados os parâmetros legais de autenticidade e alcance.

• **Ausência de Restrição à Competitividade:** A SEPLAG concluiu que a Lei nº 14.133/2021 não estabelece uma definição restritiva de "jornal de grande circulação" que exija exclusivamente o meio impresso. Assim, não se verifica violação ao princípio da competitividade, uma vez que qualquer empresa habilitada poderá comprovar capacidade técnica e operacional para realizar publicações em veículos de grande circulação, dentro dos meios legais e reconhecidos.

A Secretaria opinou pelo indeferimento da impugnação.

DO PARECER JURÍDICO:

Coordenadoria Jurídica da Central de Licitações (CELIC) emitiu parecer jurídico, analisando a impugnação da ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA., a manifestação da Secretaria do Planejamento e Gestão e a legislação pertinente. O parecer jurídico corrobora o entendimento da SEPLAG em seus pontos essenciais, concluindo que:

• A impugnação deve ser conhecida, por ser tempestiva e preencher os requisitos de admissibilidade.

• Os argumentos referentes à suposta restrição à competitividade não merecem provimento. A Lei nº 14.133/2021 exige publicação em "jornal diário de grande circulação", mas não define explicitamente que seja exclusivamente impresso. A interpretação teleológica da norma deve privilegiar a ampla publicidade e o alcance, independentemente do meio físico ou digital, desde que a divulgação seja eficaz e auditável.

• As recomendações da ANJ, embora importantes, não são requisitos legais cogentes que anulem a validade de uma publicação digital, especialmente quando a própria lei de licitações já abraça a digitalização dos processos e a transparência em plataformas eletrônicas. O parecer citou, inclusive, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que admite o formato digital para "jornal diário de grande circulação".

• A Administração esclareceu que a menção aos jornais foi "exemplificativa", o que mitiga o caráter restritivo. A preferência por meios digitais é, inclusive, corroborada pelo Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I do Edital) como medida de sustentabilidade ambiental.

Com base nesse parecer, a recomendação jurídica é pelo indeferimento integral da impugnação, uma vez que a interpretação da Administração já se alinha com o pleito central da impugnante, sem que haja necessidade de alteração do texto do edital.



DO MÉRITO:

A análise do mérito da impugnação, à luz das justificativas técnicas apresentadas pela Secretaria do Planejamento e Gestão e do parecer jurídico emitido, demonstra o seguinte:

Quanto à Alegada Restrição à Competitividade pela Menção a "Diário do Nordeste": Conforme manifestação da Secretaria da Educação e análise jurídica, não há irregularidade nos termos do edital. A Secretaria do Planejamento e Gestão esclarece que a menção a "(Jornal O Povo/Jornal Diário do Nordeste)" no Item 1 das Especificações e Quantitativos, foi meramente *exemplificativa*, visando orientar a efetividade da publicidade institucional, e não restringir as opções de veiculação. A Lei nº 14.133/2021 não impõe que "jornal de grande circulação" seja exclusivamente impresso, permitindo o formato digital desde que garanta ampla divulgação e rastreabilidade, o que a Administração já considera em sua interpretação. Este entendimento encontra respaldo em jurisprudência recente, como a do TCE-PR, e na própria modernização da legislação licitatória que fomenta a digitalização e a transparência.

Portanto, o pleito da impugnante não merece acolhimento, pois a interpretação do edital pela Administração já contempla a flexibilidade desejada sem a necessidade de alteração do texto.

DECISÃO:

Isto posto, após análise pormenorizada dos argumentos da impugnante, da manifestação técnica da Secretaria do Planejamento e Gestão e do parecer jurídico, sem nada mais a evocar, as razões impugnadas apresentadas pela empresa ESCRITA PUBLICIDADE PROPAGANDA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA., RESOLVO:

1. **CONHECER** da impugnação apresentada, por ser tempestiva e preencher os requisitos de admissibilidade.
2. No mérito, **NEGAR PROVIMENTO** aos pedidos formulados pela impugnante, mantendo inalterados os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº PE25002 – SEPLAG, uma vez que as justificativas apresentadas pela Administração Pública demonstram consonância com a legislação e os princípios que regem as licitações.
3. **DETERMINAR** a continuidade do certame conforme o cronograma e termos do edital vigente.

Sobral – CE, data da última assinatura eletrônica.

ALINE DE VASCONCELOS SOARES

Pregoeira Central de Licitações do Município de Sobral